

ANEXO I - FOLHA DE DADOS

SERVIÇOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MAO DE OBRA

Versao 29/10/2020-alterada CGL 12.1.2 TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS

ANEXO V - FOLHA DE DADOS

(BASEADO NO MODELO PARA SERVIÇOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MAO DE OBRA, SENDO NECESSÁRIO ADAPTAR PARA O MODELO FACILITIES)

Obs.:

- 1) As áreas escurecidas não devem ser alteradas sem justificativa;
- 2) Este arquivo, devidamente preenchido, deverá constar no processo, impresso e em mídia digital.
- 3) Quanto à participação de Cooperativas de Trabalho (CGL 4.2.7):
Por padrão, a CGL 4.2.7 menciona que NÃO será permitida a participação de COOPERATIVA DE TRABALHO. Somente poderá ser alterada desde que devidamente justificado no processo, em documento separado da folha de dados o qual deve ter o título "JUSTIFICATIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA DE TRABALHO", emitido pela Assessoria Jurídica do órgão/entidade demandante da licitação, considerando a NOTA abaixo. Neste caso deverá ser alterada a Folha de Dados CGL 4.2.7 para "Será permitida a participação de Cooperativa de Trabalho", excluindo o restante do texto.
A justificativa estará sujeita a análise e aceitação por parte da CELIC.

NOTA:

A contratação de Cooperativas de Trabalho somente poderá ocorrer quando, pela sua natureza, o serviço a ser contratado evidenciar:

- a) a possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados; e
- b) a possibilidade de gestão operacional do serviço for compartilhada ou em rodízio, onde as atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e a de preposto, conforme determina o art. 68 da [Lei federal nº 8.666/1993](#), sejam realizadas pelos cooperados de forma alternada, em que todos venham a assumir tal atribuição.

RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO / DIRETOR ADMINISTRATIVO:

Nome(s) (indicar o responsável pela licitação e o Diretor Administrativo do órgão):

TIAGO COSTA DO AMARAL

E-mail(s): tiago-amaral@planejamento.rs.gov.br

Telefone(s) para contato: (51)3288-2085

RESPONSÁVEL TÉCNICO (irá auxiliar a elaboração de pareceres técnicos)

Nome: LUCIANO MACHADO MOREIRA

E-mail: luciano-moreira@spgg.rs.gov.br

Telefone para contato: (51)3288-1229

Cláusula das Condições Gerais de Licitação (CGL)	Complemento ou Modificação
Preâmbulo	O Estado do Rio Grande do Sul por intermédio da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG).
CGL 1.1	contratação de empresa especializada para a gestão integrada de serviços prediais na modalidade "facilities", contemplando todas as atividades de manutenção de instalações civis, elétricas, hidráulicas, cabeamento estruturado, sistemas de climatização e ventilação, e equipamentos de transporte vertical, a elaboração de projetos de trabalho e manutenção, serviços sob demanda e a disponibilização de suporte tecnológico, para apoio a gestão, controle e fiscalização contratual; incluindo

ANEXO I - FOLHA DE DADOS

SERVIÇOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MAO DE OBRA

Versao 29/10/2020-alterada CGL 12.1.2 TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS

	os insumos, peças de reposição e demais materiais necessários, segundo abaixo onstrado e especificado neste Termo de Referência - TR e seus anexos.
CGL 2.1	Site: [Endereço da web onde o Edital poderá ser acessado, incluindo o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP] Pedidos de esclarecimentos e informações: Impugnações e recursos
CGL 2.2	Endereço eletrônico do ambiente de disputa:
CGL 3.1	Data: Horário:
CGL 4.1.1.	[Caso necessário, informar em cada uma das alternativas o lote a que se aplica] () Participação preferencial de microempresa e empresa de pequeno porte. () Participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte. () Participação preferencial ou exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme definido em cada lote do Termo de referência. (x) Sem tratamento preferencial conforme subitem 5.10 do Edital
CGL 4.1.3	I – Será permitida a participação de Consórcio, nas seguintes condições: a) Impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente; b) Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato; c) Obrigatoriedade de constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato, nos termos do compromisso subscrito pelos consorciados; d) Credenciamento e operação no Sistema de Compras Eletrônicas pela empresa líder do consórcio. II – Para fins de Habilitação, os Consórcios deverão apresentar os seguintes documentos: a) Provação do compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados; b) Indicação da empresa líder do consórcio, que deverá: b.1) responsabilizar-se por todas as comunicações e informações perante o contratante; b.2) responsabilizar-se pelo contrato a ser firmado, sob os aspectos técnicos e administrativos, com poderes expressos inclusive para transferir, requerer, receber e dar quitação, tanto para fins deste Pregão, quanto na execução do contrato, sem prejuízo da responsabilidade de cada um dos consorciados;

ANEXO I - FOLHA DE DADOS

SERVIÇOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MAO DE OBRA

Versao 29/10/2020-alterada CGL 12.1.2 TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS

	<p>b.3) ter poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente pelo consórcio;</p> <p>b.4) ter poderes expressos para representar o consórcio em todas as fases deste Pregão, podendo inclusive interpor e desistir de recursos, assinar contratos e praticar todos os atos necessários visando à perfeita execução de seu objeto até a sua conclusão;</p> <p>c) os previstos neste Edital no item referente à Habilitação, por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.</p> <p>c.1) O consórcio deverá comprovar sua qualificação econômico-financeira com acréscimo de até 30% dos valores exigidos para o licitante individual.</p> <p>c.2) O acréscimo de que trata o subitem c.1 não se aplica para os consórcios compostos, em sua totalidade, por micro e pequenas empresas, assim definidas em lei.</p>																														
CGL 4.2.5	Não será permitida a participação de Cooperativa de Trabalho.																														
CGL 7.2	A proposta terá prazo de validade de 60 (sessenta) dias.																														
CGL 10.3	Critério de Julgamento: MENOR PREÇO.																														
CGL 10.5.1	[Intervalo percentual mínimo entre lances].																														
CGL 12.1.3	<p>No caso dos serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra (Grupo I):</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="2">GRUPO II: OBRIGAÇÕES SOCIAIS</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>INSS</td><td style="text-align: right;">20,0000%</td></tr> <tr> <td>SESI ou SESC</td><td style="text-align: right;">1,5000%</td></tr> <tr> <td>SENAI ou SENAC</td><td style="text-align: right;">1,0000%</td></tr> <tr> <td>INCRA</td><td style="text-align: right;">0,2000%</td></tr> <tr> <td>SALÁRIO EDUCAÇÃO</td><td style="text-align: right;">2,5000%</td></tr> <tr> <td>FGTS</td><td style="text-align: right;">8,0000%</td></tr> <tr> <td>SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO (1%, 2% e 3% conforme art. 22, inc. II da Lei nº 8.212/91)</td><td style="text-align: right;">3,0000%</td></tr> <tr> <td>SEBRAE</td><td style="text-align: right;">0,6000%</td></tr> <tr> <th colspan="2">GRUPO III: TEMPO NÃO TRABALHADO</th></tr> <tr> <td>FÉRIAS + ADICIONAL DE FÉRIAS</td><td style="text-align: right;">11,9314%</td></tr> <tr> <td>FALTAS ABONADAS</td><td style="text-align: right;">2,0470%</td></tr> <tr> <td>FALTAS LEGAIS</td><td style="text-align: right;">1,2123%</td></tr> <tr> <td>LICENÇA MATERNIDADE</td><td style="text-align: right;">1,1436%</td></tr> <tr> <td>LICENÇA PATERNIDADE</td><td style="text-align: right;">0,0174%</td></tr> </tbody> </table>	GRUPO II: OBRIGAÇÕES SOCIAIS		INSS	20,0000%	SESI ou SESC	1,5000%	SENAI ou SENAC	1,0000%	INCRA	0,2000%	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,5000%	FGTS	8,0000%	SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO (1%, 2% e 3% conforme art. 22, inc. II da Lei nº 8.212/91)	3,0000%	SEBRAE	0,6000%	GRUPO III: TEMPO NÃO TRABALHADO		FÉRIAS + ADICIONAL DE FÉRIAS	11,9314%	FALTAS ABONADAS	2,0470%	FALTAS LEGAIS	1,2123%	LICENÇA MATERNIDADE	1,1436%	LICENÇA PATERNIDADE	0,0174%
GRUPO II: OBRIGAÇÕES SOCIAIS																															
INSS	20,0000%																														
SESI ou SESC	1,5000%																														
SENAI ou SENAC	1,0000%																														
INCRA	0,2000%																														
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,5000%																														
FGTS	8,0000%																														
SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO (1%, 2% e 3% conforme art. 22, inc. II da Lei nº 8.212/91)	3,0000%																														
SEBRAE	0,6000%																														
GRUPO III: TEMPO NÃO TRABALHADO																															
FÉRIAS + ADICIONAL DE FÉRIAS	11,9314%																														
FALTAS ABONADAS	2,0470%																														
FALTAS LEGAIS	1,2123%																														
LICENÇA MATERNIDADE	1,1436%																														
LICENÇA PATERNIDADE	0,0174%																														

ANEXO I - FOLHA DE DADOS

SERVIÇOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MAO DE OBRA

Versao 29/10/2020-alterada CGL 12.1.2 TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS

	ACIDENTE DE TRABALHO	0,0442%
	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,0185%
	13º SALÁRIO	9,0790%
	GRUPO IV: INDENIZAÇÕES	
	INDENIZAÇÕES	2,3627%
	FGTS SOBRE INDENIZAÇÕES	0,1717%
	INDENIZAÇÃO COMPENSATÓRIA POR DEMISSÃO S/JUSTA CAUSA	0,9451%
	GRUPO V – INCIDÊNCIAS	
	INCIDÊNCIA GRUPO II (Obrigações Sociais) X GRUPO III (Tempo Não Trabalhado)	9,3819%
	TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS	75,1557%
CGL 13.7.1.2	<p><u>Documentos complementares para habilitação:</u></p> <p>1. Para atender aos critérios da qualificação pertinentes à capacidade técnico-operacional, a licitante deverá comprovar o que segue:</p> <p>1.1. Certidão de registro ou a inscrição da licitante na entidade profissional competente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em plena validade.</p> <p>a) Na Certidão de Registro expedida pela entidade profissional devem constar seus responsáveis técnicos.</p> <p>b) No caso de a empresa licitante ou responsáveis técnicos não serem registrados ou inscritos no CREA ou CAU do Rio Grande do Sul, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.</p> <p>1.2. Apresentar atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove desempenho satisfatório em atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto desta licitação, que faça explícita menção à LICITANTE como executora dos serviços, comprovando os serviços e requisitos mínimos a seguir:</p> <p>a) experiência mínima de três anos, na prestação de serviços de manutenção e operação de infraestrutura predial preventiva e corretiva, ininterruptos ou não, em edificação totalizando área construída mínima de, 33.597,00 m² equivalente à 30% da área da área construída do CAE/RS;</p> <p>b) prestou ou esteja prestando serviços de manutenção e/ou operação de instalações elétricas prediais de baixa e média tensão com capacidade instalada correspondente, no mínimo, a 2.250 kVA, o que equivale a 50% da abrangida no objeto do contrato;</p> <p>c) prestou ou esteja prestando serviços de manutenção e/ou operação de sistema de climatização com capacidade total de resfriamento correspondente, no mínimo, a 2.100 TRs o equivalente a 50% do objeto do contrato.</p> <p>1.3. Esses atestados devem, ainda, ter sido expedidos após a conclusão dos contratos ou decorrido, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.</p>	

ANEXO I - FOLHA DE DADOS

SERVIÇOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MAO DE OBRA

Versao 29/10/2020-alterada CGL 12.1.2 TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS

	<p>1.4. Para a comprovação requerida nas alíneas “a”, “b” e “c”, contempla-se a possibilidade de que a licitante poderá somar os quantitativos dos atestados, para fins de comprovação de capacidade técnica, desde que os serviços tenham sido executados de forma simultânea.</p> <p>1.5. O(s) atestado(s) (declaração) deverá(ão) comprovar que a licitante tenha executado serviços de manutenção de infraestrutura predial preventiva e corretiva (item a), ininterruptos ou não, por período não inferior a 3 (três) anos, até a data da abertura da sessão pública da licitação:</p> <p>a) para a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos será aceito o somatório de atestados/declarações (períodos concomitantes serão computados uma única vez) e terem sido expedidos após a conclusão dos contratos ou decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.</p> <p>1.6. Os comprovantes de capacidade técnico-operacional serão aceitos desde que as informações constantes nesses documentos permitam aferir a similaridade/compatibilidade dos serviços com os parâmetros mínimos fixados.</p> <p>1.7. Os atestados devem ser apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante.</p> <p>1.8. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante, local em que foram prestados os serviços, caso a área técnica entenda necessário, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência.</p> <p>1.9. A licitante poderá apresentar comprovantes distintos para cada uma das parcelas de maior relevância.</p> <p>1.10. Ademais deverão ser atendidos os critérios de qualificação técnico-profissional descritos nos Anexos correspondentes a cada tipo de serviço.</p> <p>2. Para atender aos critérios da qualificação pertinentes à capacidade técnico-profissional, a licitante deverá:</p> <p>2.1. Apresentar comprovação de possuir em seu quadro técnico, na data prevista para entrega da proposta, profissional com habilitação em engenharia civil, elétrica e mecânica, conforme Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, devidamente registrado no CREA, e que contemple Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e Certidão de Acervo Técnico - CAT, comprovando a prestação dos serviços a seguir e de acordo com as suas atribuições.</p> <p>a) manutenção e operação de infraestrutura predial preventiva e corretiva; b) manutenção e/ou operação de instalações elétricas prediais de baixa tensão; c) manutenção e/ou operação de sistema de climatização tipo VRF.</p> <p>2.2. A comprovação do vínculo do profissional deverá ser feita por meio de cópias das Carteiras de Trabalho ou fichas de Registro de Empregado que comprove a condição de que pertence ao quadro da licitante, ou contrato/estatuto social que demonstre a condição de sócio do profissional, ou por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil</p>
--	--

ANEXO I - FOLHA DE DADOS

SERVIÇOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

Versão 29/10/2020-alterada CGL 12.1.2 TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS

	<p>comum, ou, ainda, da Declaração de Compromisso de Contratação Futura do profissional, acompanhada da anuência deste.</p> <p>2.3. No caso de Compromisso de Contratação Futura, será exigido, no ato da assinatura do contrato, a comprovação da efetivação do vínculo profissional, bem como o comprovante de registro e anotação, junto ao CREA-RS, do profissional como responsável técnico da empresa.</p> <p>2.4. No caso de o profissional não ser registrado ou inscrito no CREA do Rio Grande do Sul, deverá ser providenciado o respectivo visto deste órgão regional, por ocasião da assinatura do contrato.</p> <p>2.5. O profissional indicado pela CONTRATADA para fins de comprovação de capacidade técnico-profissional deverá participar efetivamente dos serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE, conforme determina, em seu art. 67, § 10, a Lei n.º 14.133/21.</p> <p>2.6. Declaração da licitante, assinada pelo representante legal da empresa, de que, sendo vencedora da licitação, em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato, apresentará à CONTRATANTE uma cópia autenticada da documentação que comprove o registro junto ao CREA/RS, das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ART (art. 1º da Lei n.º 6.496/1977), dos Responsáveis Técnicos.</p> <p>3. As empresas deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:</p> <p>3.1. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:</p> $LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} > 1$ $SG = \frac{\text{Ativo total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} > 1$ $LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} > 1$ <p>3.2. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital mínimo e patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.</p> <p>3.3. comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei.</p> <p>3.4. O valor estimado da contratação, utilizado para efeito dos parâmetros contábeis será:</p> <p>I - o valor da proposta final do licitante, na hipótese de julgamento de proposta anterior à fase de habilitação; ou</p>
--	--

ANEXO I - FOLHA DE DADOS

SERVIÇOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MAO DE OBRA

Versão 29/10/2020-alterada CGL 12.1.2 TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS

	<p>II - o valor orçado pela administração pública, quando houver a inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021.</p> <p>4. Declaração do licitante de que visitou o local designado, com pleno conhecimento da área, para a realização dos serviços, objeto do presente certame. (Anexo VI-A do Termo de Referência).</p>																																													
CGL 13.13	[Informar as famílias de fornecedores a serem aceitas na apresentação do Certificado de Fornecedor do Estado – CFE]																																													
CGL 16.1	[Inserir prazo para a assinatura do contrato] O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após formalmente convocado, para assinar o contrato. (Avaliar no caso de consórcios se o prazo seria suficiente).																																													
CGL 16.4	[Inserir o prazo de duração do contrato]																																													
CGL 16.5	<p>Os serviços serão prestados nos locais abaixo descritos, atendendo o Complexo Administrativo do Estado (CAE/RS) e as unidades do Tudo Fácil em Porto Alegre/RS:</p> <table><tr><th>Espaço (Prédio)</th><th>Endereço</th><th>Área Construída (m²)</th><th>Ano (1)</th></tr><tr><td>Centro Administrativo Fernando Ferrari - CAFF</td><td rowspan="4">Av. Borges de Medeiros, 1501 Praia de Belas, Porto Alegre/RS</td><td>49.958,32</td><td>1981</td></tr><tr><td>Secretaria de Educação - SEDUC</td><td>35.414,50</td><td>1981</td></tr><tr><td>Manutenção do CAFF</td><td>1.138,86</td><td>1981</td></tr><tr><td>Escola do CAFF (ESED)</td><td>665,53</td><td>1981</td></tr><tr><td>Sede Complementar – Unidade de Marcenaria</td><td>Rua Padre Todesso, 60 Partenon, Porto Alegre/RS</td><td>5.076,00</td><td>1965</td></tr><tr><td>Arquivo Público (APERS)</td><td>Rua Riachuelo, 1031 Centro Histórico, Porto Alegre/RS</td><td>2.900,00</td><td>1910</td></tr><tr><td>Prédio Othelo Rosa</td><td>Rua Carlos Chagas, 55 Centro, Porto Alegre/RS</td><td>16.838,98</td><td>1959</td></tr><tr><td>Tudo Fácil Porto Alegre – Zona Sul</td><td>Avenida Wenceslau Escobar, 2.666 Bairro Tristeza, Porto Alegre/RS</td><td>820,00</td><td>2010</td></tr><tr><td>Tudo Fácil Porto Alegre – Zona Norte</td><td>Bourbon Shopping Wallig Av. Assis Brasil, 2611, 3º andar - Cristo Redentor, Porto Alegre/RS</td><td>454,35</td><td>2022</td></tr><tr><td>Tudo Fácil Porto Alegre - Centro</td><td>Centro Popular de Compras SPE Ltda Av. Júlio de Castilhos, 235 Centro, Porto Alegre/RS</td><td>669,00</td><td>2023</td></tr><tr><td colspan="2">Total</td><td>113.935,54</td><td></td></tr></table> <p>(1) Esta informação se refere ao ano de construção dos prédios, com exceção das unidades Tudo Fácil, que indica o ano de inauguração, sendo que os espaços foram cedidos.</p> <p>(2) Ainda poderão ser adicionados novos locais de prestação de serviços na região metropolitana de Porto Alegre/RS, conforme demonstrado no mapa abaixo, nos casos de mudança de endereço ou incorporação de novos prédios referindo-se às Unidades Tudo Fácil, Órgãos ou Secretarias do Governo do Estado, bem como a inclusão de novas áreas ao CAE/RS.</p>	Espaço (Prédio)	Endereço	Área Construída (m²)	Ano (1)	Centro Administrativo Fernando Ferrari - CAFF	Av. Borges de Medeiros, 1501 Praia de Belas, Porto Alegre/RS	49.958,32	1981	Secretaria de Educação - SEDUC	35.414,50	1981	Manutenção do CAFF	1.138,86	1981	Escola do CAFF (ESED)	665,53	1981	Sede Complementar – Unidade de Marcenaria	Rua Padre Todesso, 60 Partenon, Porto Alegre/RS	5.076,00	1965	Arquivo Público (APERS)	Rua Riachuelo, 1031 Centro Histórico, Porto Alegre/RS	2.900,00	1910	Prédio Othelo Rosa	Rua Carlos Chagas, 55 Centro, Porto Alegre/RS	16.838,98	1959	Tudo Fácil Porto Alegre – Zona Sul	Avenida Wenceslau Escobar, 2.666 Bairro Tristeza, Porto Alegre/RS	820,00	2010	Tudo Fácil Porto Alegre – Zona Norte	Bourbon Shopping Wallig Av. Assis Brasil, 2611, 3º andar - Cristo Redentor, Porto Alegre/RS	454,35	2022	Tudo Fácil Porto Alegre - Centro	Centro Popular de Compras SPE Ltda Av. Júlio de Castilhos, 235 Centro, Porto Alegre/RS	669,00	2023	Total		113.935,54	
Espaço (Prédio)	Endereço	Área Construída (m²)	Ano (1)																																											
Centro Administrativo Fernando Ferrari - CAFF	Av. Borges de Medeiros, 1501 Praia de Belas, Porto Alegre/RS	49.958,32	1981																																											
Secretaria de Educação - SEDUC		35.414,50	1981																																											
Manutenção do CAFF		1.138,86	1981																																											
Escola do CAFF (ESED)		665,53	1981																																											
Sede Complementar – Unidade de Marcenaria	Rua Padre Todesso, 60 Partenon, Porto Alegre/RS	5.076,00	1965																																											
Arquivo Público (APERS)	Rua Riachuelo, 1031 Centro Histórico, Porto Alegre/RS	2.900,00	1910																																											
Prédio Othelo Rosa	Rua Carlos Chagas, 55 Centro, Porto Alegre/RS	16.838,98	1959																																											
Tudo Fácil Porto Alegre – Zona Sul	Avenida Wenceslau Escobar, 2.666 Bairro Tristeza, Porto Alegre/RS	820,00	2010																																											
Tudo Fácil Porto Alegre – Zona Norte	Bourbon Shopping Wallig Av. Assis Brasil, 2611, 3º andar - Cristo Redentor, Porto Alegre/RS	454,35	2022																																											
Tudo Fácil Porto Alegre - Centro	Centro Popular de Compras SPE Ltda Av. Júlio de Castilhos, 235 Centro, Porto Alegre/RS	669,00	2023																																											
Total		113.935,54																																												

ANEXO I - FOLHA DE DADOS

SERVIÇOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

Versão 29/10/2020-alterada CGL 12.1.2 TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS

	<div style="text-align: center;"> <p>REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE</p> <p>www.baixamapas.com.br Elaborado a partir de base cartográfica do IBGE</p> <p>0 10 20 40 Km</p> </div>
CGL 16.10	<p>Gestor do contrato:</p> <p>Fiscal técnico titular: a definir até envio do processo</p> <p>Fiscal técnico suplente: idem</p> <p>Fiscal administrativo titular: Flavio Carneiro da Cunha Moreira</p> <p>Fiscal administrativo suplente: Guilherme Clemente Kondach</p>
CGL 17.1	<p>Será previsto o Acordo de Nível de Serviço, conforme especificado no Anexo V-E do Termo de Referência.</p>
CGL 18.1	<ol style="list-style-type: none"> 1. O pagamento referente aos serviços dos Grupos II, III e IV serão efetuados mensalmente no prazo de 30 dias, mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela CONTRATADA e aceite pela fiscalização da CONTRATANTE, considerando os valores discriminados na Planilha de Custos e Formação e Preços anexa. 2. O período de faturamento dos grupos mencionados acima compreenderá os serviços prestados no mês imediatamente anterior, devendo a Nota Fiscal ser apresentada até o dia 10 do mês subsequente a sua execução. 3. Os serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra serão pagos após o aceite pela fiscalização do contrato, atestando a conformidade da execução dos serviços correspondentes ao mês de prestação.

ANEXO I - FOLHA DE DADOS

SERVIÇOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

Versão 29/10/2020-alterada CGL 12.1.2 TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS

	<p>4. Os serviços não continuados sob demanda do Grupo III serão pagos mediante a emissão de nota fiscal/fatura distinta a dos serviços continuados, conforme efetivamente executados e aceite pela fiscalização do contrato, não havendo a obrigatoriedade pela CONTRATANTE quanto à integralização dos quantitativos estimados descritos no Termo de Referência.</p> <p>5. O serviço referente ao fornecimento e manutenção do sistema de gestão de facilities pertencente ao Grupo IV será pago somente após o aceite da fiscalização, que atestará todas as funcionalidades requeridas,</p>
CGL 19.1	<p>1. Tratando-se de <u>serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra (Grupo I)</u> o reajustamento de preços ocorrerá da seguinte forma:</p> <p>a) O Montante A será repactuado:</p> <p>I – quanto à remuneração, encargos sociais e demais custos relativos à norma coletiva, na forma da legislação salarial e da norma coletiva da categoria, quando couber;</p> <p>II – quanto ao valor do vale-transporte, de acordo com os índices de majoração da tarifa de transporte público no(s) município(s) de prestação do serviço contratado, na proporção do efetivo empregado.</p> <p>b) O Montante B será reajustado, em consequência da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, obedecendo-se a metodologia de cálculo adequada para sua atualização.</p> <p>c) O Montante C será atualizado toda vez que houver repactuação no Montante A ou reajuste do Montante B, mantendo-se os mesmos percentuais constantes da proposta que deu origem ao contrato, exceto se alterados por lei.</p> <p>d) Para fins de adequação aos novos preços praticados no mercado, deverá ser observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado nos termos do art. 135 da Lei Federal nº 14.133/2021, da seguinte forma:</p> <p>I - para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;</p> <p>II - para os valores discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao vale transporte: do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;</p> <p>III – para o reajuste contratual do Montante B: a partir da data da apresentação da proposta.</p> <p>e) A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços</p>

ANEXO I - FOLHA DE DADOS

SERVIÇOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

Versao 29/10/2020-alterada CGL 12.1.2 TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS

	<p>da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas.</p> <p>f) Para fins de repactuação, compete ao contratado comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação do contratante.</p> <p>g) Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano será computado do último reajuste ou da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação.</p> <p>h) Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.</p> <p>i) O prazo para o contratado solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.</p> <p>j) Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.</p> <p>k) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.</p> <p>l) É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.</p> <p>m) O contratante não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.</p> <p>n) Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.</p> <p>2. No caso de <u>serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra (Grupo II)</u>, <u>serviços não continuados sob demanda (Grupo III)</u> e sistema</p>
--	---

ANEXO I - FOLHA DE DADOS

SERVIÇOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MAO DE OBRA

Versao 29/10/2020-alterada CGL 12.1.2 TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS

	<p><u>de gestão de facilities (Grupo IV)</u>, o reajuste de preços obedecerá ao seguinte regramento:</p> <p>a) O contrato será reajustado, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data-base do orçamento estimado.</p> <p>b) Considera-se data-base, para fins de reajuste, a data de montagem da contratação, constante no Anexo VI - Termo de Referência.</p> <p>c) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.</p> <p>d) O valor do contrato será reajustado pelo IPCA, obedecendo-se a metodologia de cálculo adequada para sua atualização.</p>
CGL 20.1	<p>Unidade Orçamentária: 13.09</p> <p>Atividade/Projeto: 3937.00006 - Facilities</p> <p>Recurso: 001 (Tesouro)</p> <p>Natureza da Despesa, conforme abaixo descrito:</p> <p>Grupo I - Serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra: NAD: 3.3.90.37 - Locação de mão de obra</p> <p>Grupo II - Serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra: NAD: 3.3.90.39 - Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica</p> <p>Grupo III - Serviços não continuados sob demanda: NAD: 3.3.90.39 - Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica</p> <p>Grupo IV – Sistema de gestão de facilities: NAD: 3.3.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação</p>
CGL 21.3	<p>Demais obrigações específicas da contratada:</p> <p>a) Contratada deverá seguir os normativos vigentes que disciplinam os serviços a serem contratados, de acordo com a sua natureza, observando as Normas da ABNT, INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia), Corpo de Bombeiros, prescrições e recomendações dos fabricantes e outras normas que regulamentam procedimentos a serem executados no escopo do contrato, segundo o descrito neste Termo de Referência e o Anexo V-C – Normas Técnicas Relevantes em Relação aos Serviços;</p> <p>b) A empresa contratada deverá possuir estabelecimento, seja a sede, filial ou escritório, na cidade de Porto Alegre/RS, visando ao atendimento presencial de</p>

ANEXO I - FOLHA DE DADOS

SERVIÇOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MAO DE OBRA

Versao 29/10/2020-alterada CGL 12.1.2 TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS

	<p>forma imediata quando solicitado pela contratante, bem como para as demandas de seus empregados que prestam serviços no contrato. Caso a licitante não esteja estabelecida na região indicada, deverá apresentar declaração de que instalará nela escritório no prazo máximo de 60 (sessenta dias) a partir da vigência do contrato;</p> <p>c) O pagamento de auxílios, vales alimentação e transporte aos empregados da CONTRATADA alocados nesta contratação deverá ser efetuado em parcela mensal única e antecipada, até o último dia do mês anterior ao da prestação dos serviços, de forma a garantir que os empregados tenham condições adequadas de deslocamento e de alimentação intrajornada para a prestação dos serviços ao longo do mês que se iniciará, bem como de forma a garantir que a CONTRATANTE possa manter controle integrado, prático e ágil da documentação comprobatória de quitação das obrigações trabalhistas da CONTRATADA perante seus funcionários;</p> <p>d) A CONTRATADA deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, excetuadas as contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.</p> <p>e) Em casos de interrupção contratual de qualquer natureza e/ou ocorrendo mudança de fornecedor e/ou solução, todo conhecimento adquirido ou desenvolvido, bem como todo dado e/ou informação produzida e/ou utilizada para a execução dos projetos e serviços contratados deverão ser disponibilizados à CONTRATANTE ou empresa por ela designada no mínimo 30 dias antes da interrupção do serviço.</p> <p>f) A empresa CONTRATADA deverá elaborar o Plano de Transição no prazo mínimo de 90 (noventa) dias corridos antes da interrupção do serviço, para a transferência integral e irrestrita dos conhecimentos e das competências necessárias e suficientes para promover a continuidade dos serviços. A totalidade dos dados deverão ser disponibilizados em formato que permita a portabilidade e a importação por soluções similares de forma automatizada. Nenhum pagamento será devido à empresa CONTRATADA pela elaboração ou pela execução do Plano de Transição.</p> <p>g) O fato da empresa CONTRATADA ou seus parceiros não cooperarem ou reterem qualquer informação ou dados que venha a prejudicar, de alguma forma, o andamento da transição das tarefas e serviços para um novo prestador, sujeitará a CONTRATADA às penalidades contratuais e as previstas em lei.</p>
CGL 22.1	Será solicitada Garantia de Cumprimento do contrato no percentual de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contrato.

ANEXO I - FOLHA DE DADOS

SERVIÇOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MAO DE OBRA

Versao 29/10/2020-alterada CGL 12.1.2 TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS

CGL 23.2.2	Conforme Instrução Normativa nº 02/2023 de setembro/2023, emitida pela Subsecretaria da Administração Central de Licitações, que dispõe sobre o processo administrativo sancionatório e a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
------------	--